

## **Marcha das Margaridas: História e Resistência<sup>1</sup>**

Joice LUANA<sup>2</sup>

Deyvisson Pereira da COSTA<sup>3</sup>

Universidade Federal do Mato Grosso, Barra do Garças, MT

### **RESUMO**

A Marcha das Margaridas é um estratégia de luta campesina e feminista. O evento acontece em Brasília a cada 4 anos e tem como protagonistas as mulheres do campo, das florestas e das águas. Através da Análise do Discurso (AD), aqui entendida como prática social, o discurso feminista da maior representação campesina da América Latina toma forma nas redes sociais e alcança as feministas na cidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Marcha das Margaridas; feminismo; Análise do Discurso; campesinato.

O slogan - “não há justiça sem igualdade e liberdade para as mulheres” ecoou na Marcha das Margaridas em 2015. Tal feito, naquele contexto sociocultural e político revelou-se como um grito de resistência. Mas, contra o quê, mais especificamente, as mulheres campesinas presentes na maior manifestação rural resistiam? Essa pergunta inicial nos impuseram o desejo de pesquisar.

Neste sentido, esta pesquisa é o reflexo de indagações e questionamentos que surgem do recorte feito nas redes sociais sobre os discursos das mulheres trabalhadoras rurais que lutam por “soberania alimentar e o fortalecimento da agricultura familiar” reconhecendo o papel das novas tecnologias, especificamente das redes sociais que redimensionam os movimentos sociais contemporâneos. Isto posto, a investigação é a reação de questionamentos sociais comungado à dinâmica dos movimentos político-ideológicos.

A Marcha das Margaridas é uma manifestação de luta das mulheres campesinas no Brasil e acontece de quatro em quatro anos, desde 2000, em Brasília. Margarida Maria Alves se tornou símbolo da marcha após ser assassinada no interior da Paraíba a mando de um grande latifundiário. Sua luta por pão e terra tornou-se a voz de milhares

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no Intercom Júnior – Jornalismo do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, realizado de 12 a 14 de junho de 2017.

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Jornalismo da UFMT, Cua, email: joiceluanagoncalvessantos@gmail.com

<sup>3</sup> Orientador do trabalho. Professor do curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo, UFMT-CUA, email: deyvissongcosta@yahoo.com.br

de camponesas no país. Entender quem foi Margarida enquanto signo, evoca fazer discussões sobre o que é ser mulher no Brasil.

O objetivo geral desse trabalho é documentar, analisar e visualizar as relações históricas da luta por liberdade feminina no campo que entrelaça com as lutas feministas urbanas. Todavia, ainda buscamos compreender as relações entre o discurso camponês feminista e as novas tecnologias em especial o Facebook, que propaga rapidamente os discursos de massa. Não obstante, pesquisar o espontâneo feminismo rural que é uma forma de resistência histórica.

O designo específico é identificar por meio da Análise do Discurso as formas pelas quais as vozes feministas e camponesas alcançam outras mulheres. A Análise do Discurso (AD) é o método de estudo e análise que norteará através da perspectiva teórico-metodológica as reflexões acerca do movimento camponês feminino, que tem como estratégia a Marcha das Margaridas.

Por fim, buscamos contribuir para a construção do debate da realidade rural das trabalhadoras frente ao modelo produtivo do agronegócio. Por conseguinte, evocamos a comunicação como sendo essencial na luta dessas mulheres por liberdade, autonomia e na garantia do direito à vida sem violência.

O artigo será constituído em cinco segmentos. O primeiro e histórico é baseado em épocas importantes de ruptura na narração mundial. Consequente, um segundo retrata as organizações feministas no campo e na cidade uníssono por direitos iguais. Um terceiro é composto pela Análise do Discurso e o um último que implica as novas tecnologias como meio de comunicação para os discursos de massa e por último uma análise da *fanpage* Marcha das Margaridas afim de correlacioná-la como um evento feminista no discurso e também na história. Para isso partindo de um plano geral torna-se necessário reconhecer a importância dos anos 80 na construção social da mulher feminista e camponesa no Brasil.

## **2. História das mulheres camponesas: matérias e métodos**

As mulheres camponesas viveram ao longo de milênios o reflexo de uma sociedade patriarcal e machista a qual produziu diversas segregações pela sua condição feminina. Desde o Feudalismo na Europa do século X, as mulheres camponesas foram exploradas e sobreviveram a períodos de extrema pobreza, humilhação e morte. Ainda nesse contexto, a mulher camponesa teve o seu direito sexual negado e submetido a exigências hostis. Neste sentido, a história da mulher na luta camponesa é segundo

pesquisas pioneiras o resultado de consolidações patriarcais, investidas feministas e manifestações por liberdade.

Para compreender a Marcha das Margaridas e a construção online do discurso propagado por elas, faz-se necessário um estudo aprofundado sobre seu histórico e momentos importantes que caracterizam uma ruptura nos enunciados. Desse modo, o discurso como prática social interpela-se as convenções sociais ora explicando-as, ora modificando-as.

Ao longo desta seção iremos contextualizar o movimento camponês e feminista desde os anos 1980 até a contemporaneidade destacando as manifestações de caráter rural e feminino que constituem a Marcha das Margaridas no século XXI. Posteriormente, caracterizar-se-á o papel das redes sociais na construção ideológica de sentido.

## **2.1 As consequências contraditórias da abertura econômica pós ditadura**

Nos anos 80, a Ditadura Militar no Brasil estava no seu fim, porém os efeitos desse sistema político, econômico e social reverberavam na comunidade rural especialmente nas políticas públicas para o campo afetando diretamente as mulheres camponesas.

Com o objetivo de expandir o agronegócio, implantar a força da industrialização no meio rural e incentivar o grande latifundiário, o governo elaborou programas de alfabetização para o campo. Ao mesmo tempo, nas áreas rurais, as Comunidades Eclesiais de Base e grupos de mulheres organizados pela Comissão Pastoral da Terra na década anterior muitas vezes forneceram a experiência formativa que levou as mulheres a questionar a injustiça social, frequentemente ligada a questões de saúde e de educação (ALVAREZ, 1990).

Paralelamente, para perfazer o espaço do processo social de inclusão das mulheres na participação política no meio rural, após a ditadura, o movimento pela abertura política no Brasil auxiliou a retomada dos movimentos sociais com a participação das mulheres. Assim, o campo emergia também com uma voz feminina a ser ouvida no meio urbano com inúmeras mulheres que lutam por autonomia campestre.

Nas décadas finais do século XX, cresce a mortalidade no campo uma vez que os latifundiários queriam expandir seus territórios enquanto os camponeses cobravam do Governo a reforma agrária. Nesse impasse, muitos perderam a vida nos conflitos que se intensificaram nos anos 80 e 90 e segue com seus reflexos na atualidade. O gráfico a seguir retrata o conflito pela terra no Brasil durante esse tempo, exibindo maior concentração territorial da violência no campo, particularmente na região de fronteiras

agrícolas, na região do "Bico do Papagaio" nas divisas de Pará, Maranhão e Tocantins, e também, na Zona da Mata nordestina, e Recôncavo baiano.



Mapa 1

Brasil - Vítimas fatais de conflitos ocorridos no campo 1985-1996

Fonte: Comissão Pastoral da Terra - CPT

Paradoxalmente “se a violência gera a morte, gera também as formas de luta contra a morte” (UMBELINO, 1988). Os confrontos pela posse da terra crescem e inúmeras formas de violência e opressão são consumadas nestas regiões.

O relato das cartilhas distribuídas durante a Marcha das Margaridas rememora o modo como os camponeses sofriam perseguições dos grandes agricultores. “O grande latifundiário contratava pistoleiros para os assassinatos e o governo na maioria das vezes dava-se por despercebido do conflito.” (CONTAG, 2015)

Neste contexto diversas, pessoas morreram vítimas de assassinatos, inclusive Margarida Alves, que lutava por reforma agrária no interior de Alagoa Grande na Paraíba símbolo da luta feminina no campo.

Inúmeros sindicatos de camponeses pós golpe de 64, inclusive a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Partido dos Trabalhadores (PT) e outros partidos de esquerda, “abriam frentes de apoio à luta travada pelos camponeses sem terra. A Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB) colocou a questão da terra no centro da Campanha da Fraternidade de 1980: Terra de Deus, terra de irmãos. Um documento sobre a terra foi produzido para subsidiar a discussão nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Os movimentos sociais de caráter rural estavam articulados e atuantes, contestando a soberania do grande produtor. As lideranças dos sindicatos eram compostas por mulheres independentes que buscavam autonomia e direitos para suas famílias nas pequenas propriedades. “A CONTAG adotou o objetivo de incorporar as mulheres dentro da estrutura do sindicato e reconheceu que elas passam por problemas específicos de discriminação, principalmente a discriminação nos salários. Os sindicatos municipais foram instruídos a encorajar a participação de mulheres e treiná-las para ocuparem posições de liderança. Elas também foram encorajadas a eleger mulheres como delegadas para congressos estaduais e nacionais” (SIQUEIRA, 1991, p. 69-70).

Em 1986, com diversos grupos sociais feministas já implantados e atuantes, acontece em Brasília, o Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadoras Rurais. Esses grupos no campo eram articulados com lideranças feministas que se preocupavam com a baixa participação das mulheres trabalhadoras rurais nos movimentos sindicalistas.

O Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) de Sertão Central, de Pernambuco, em 1984 podia ser localizado nas reuniões acontecidas nas cidades de Brejo, Paraíba, e em Serra Tablada. O Movimento de Mulheres Agrícolas (MMA-SC) e a Associação Nacional de mulheres Trabalhadoras da Terra (ANMTR) reuniram cerca de 100 mil assinaturas de mulheres trabalhadoras rurais em 1986, véspera da assembleia que iria discutir a nova Constituinte. Nesta sessão haviam segmentos conservadores formados principalmente por representantes do grande latifundiário. Um grupo de camponesas viajaram a Brasília, segundo ANMTR, a fim de colocar seus direitos na discussão Constitucional. A presença constante das feministas no cenário da Constituinte e a consequente ‘conversão’ da bancada feminina apontam para formas de participação distintas da exercida pelo voto, formas estas que não podem ser ignoradas e que talvez constituam a forma mais acessível de participação política das feministas. Este tipo de ação política, própria dos movimentos sociais, não passa pela representação. Constitui-se em pressão organizada, tem tido retornos significativos em momentos de mobilização e pode ser entendida como uma resposta à falência do sistema partidário como espaço de participação” (PINTO, 1994, p. 265)

## **2.2 Os anos 90 e a consolidação da identidade feminista no campo e no discurso**

O Encontro Nacional de Trabalhadoras Rurais marca uma importante conquista para a mulher do campo que nos anos 90 já demonstra publicamente a insatisfação com

as desigualdades de gênero, tanto na representatividade sindical quanto na social. O sujeito mulher começa a ser identificado como proveniente de um lugar de fala. Isso ocorre pela apropriação do discurso feminista das mulheres camponesas com as mulheres da cidade.

A Igreja Católica constatava que as manifestações feministas, assim como as camponesas nos anos 80, fugiam ao seu controle, e nisto percebeu a necessidade de se posicionar na luta por igualdade dos gêneros. A Campanha da Fraternidade de 1990, manifesta-se equipolente as premissas de igualdade, expondo-se no tema "Deus quer homem e mulher como companheiros, iguais nos direitos porque os dois são imagem e semelhança d'Ele" (CNBB, 1990). Nesta instância estimula a contestação sobre a situação feminina no Brasil de desigualdade tanto no campo quanto na cidade, pois o campo sempre representou um braço forte do catolicismo.

A mulher camponesa, diferente da mulher na cidade, que vivencia a revolução nas ruas por meio de protestos e greves, se reúne nas pequenas federações conglomeradas a CONTAG e começam a proclamar maior independência.

A partir de 1986 centenas de mulheres camponesas saíram de seus grotões, lotaram ônibus, apinharam boleias e passaram a circular com a maior desenvoltura, pelos corredores do Congresso. Representavam uma força de trabalho até então invisível. Eram 2 milhões de Marias-ninguém: classificadas como donas de casa, não tinham registro profissional, permaneciam excluídas do benefício da Previdência e seus nomes não poderiam sequer constar dos títulos de posse ou propriedade das terras. Pois as lobistas das enxadas hoje se chamam trabalhadoras rurais. E têm seus direitos reconhecidos (REVISTA VEJA, 1994, p. 20).

Neste sentido, há pensadores (ÁLVAREZ, 1990; GARCIA, 1999) que acreditam que no campo, e algumas vezes na cidade, o feminismo nasce da auto necessidade representativa perante a comunidade organizada.

A presença das mulheres na luta armada implicava não apenas se insurgir contra a ordem política vigente, mas representou uma profunda transgressão com o que era designado à época para a mulher. Sem uma proposta feminista deliberada, as militantes negavam o lugar tradicionalmente atribuído à mulher ao assumirem um comportamento sexual que punha em questão a virgindade e a instituição do casamento, comportando-se como homens, pegando em armas e tendo êxito neste comportamento, o que, como apontou Garcia (1999, p. 338), transformou-se em um instrumento sui generis de emancipação, na medida em que a igualdade com os homens é reconhecida, pelo menos retoricamente (SARTI, 1998, p. 2).

A abertura do MST às questões de gênero, no final da década de 1990, se relaciona “com a crescente aceitação do argumento produtivista, ou seja, que o não-

reconhecimento dos direitos da mulher à terra é prejudicial ao desenvolvimento e à consolidação dos assentamentos e, portanto, ao movimento” (DEERE, 2004).

### **2.3 Feminismo e campesinato no Brasil**

O Movimento Feminista surge no século XIX na Inglaterra quando milhares de mulheres questionam a soberania do homem, a baixa valorização da mão de obra feminina e os preconceitos na sociedade. Neste sentido, as sufragistas trabalhavam nas indústrias e foram as pioneiras na luta por direito ao voto, pela jornada de trabalho com equidade e autonomia sobre o próprio corpo, e por isso sofreram penas e foram perseguidas na época.

No Brasil, a onda feminista se propagou com as sufragistas brasileiras que já em meados do século XX lutaram para obter o direito ao voto. No campo, a principal bandeira era o direito à educação, ainda lutavam por reforma agrária e controle do Estado na fiscalização das propriedades do latifundiário. Nesse sentido, diversos movimentos sociais se reorganizam com lideranças femininas.

Nos anos 2000 surge um movimento estratégico organizado pelas mulheres camponesas denominado Marcha das Margaridas. A Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNMTR) e os demais movimentos sociais femininos criados no século passado conseguem se organizar por sindicatos, federações e associações e reunir milhares de mulheres camponesas em marcha na cidade de Brasília.

Segundo a própria organização através de cartilhas desenvolvidas por mulheres ativistas e distribuídas durante o evento, “a Marcha das Margaridas é uma ação estratégica das mulheres do campo, da floresta e das águas coordenada pela CONTAG, através de suas 27 Federações de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRS)<sup>4</sup>

### **3. Marcha das Margaridas e o discurso social**

A enunciação para Bakhtin (1988) é um processo social e que também revela as condições de interação. O uso de uma determinada expressão no lugar de outra é socialmente e historicamente orientado pelo plano da enunciação definido por Bakhtin

---

<sup>4</sup> Em parceria com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) - Central Única dos Trabalhadores, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)- Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, Articulação de Mulheres (AMB),- Marcha Mundial das Mulheres (MMM), União Brasileira de Mulheres (UBM), Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA), Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco de Babaçu (MIQCB), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR/NE), Confederação de Organizações de Produtores Familiares, Camponeses e Indígenas do Mercosul Ampliado (COPROFAM), GT Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Coletivo de mulheres da -União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES) e demais organizações que queiram integrar-se nos demais âmbitos, estaduais ou locais”. (CARTILHA DA CONTAG, 2015)

(1988), mas o discurso também é evidenciado pela produção de sentido no contexto em que acontece. Isso é perceptível na atualidade. O discurso feminista encontra-se em ascensão no sentido midiático brasileiro. Muito disso se deve a visibilidade alcançada pelos movimentos de mulheres no meio sindical e na internet. O discurso que é propagado na rede social enriquece socialmente as mulheres que já comungam com as premissas de liberdade e igualdade. O feminismo rural não é assim um discurso histórico mas passa a ser social e atual a medida que consolida-se nos meios mais utilizados pela cultura vigente.

O discurso tal como prática apresentado na Marcha das Margaridas é ideológico e como tal demonstra as posições sociais ocupadas pelas mulheres camponesas. Trata-se de uma memória que possui empatia pelo sofrimento histórico, e de uma certa forma incorporado com a permanência dos valores patriarcais tem se sobressaído.

#### **4. A Marcha das Margaridas no Facebook, um olhar descritivo**

A Marcha das Margaridas é um movimento articulado pelos que se denominam a esquerda política, tendo características progressistas nesse sentido prioriza a reforma agrária no meio rural. Nisto, também “o fortalecimento e valorização da agricultura familiar, com o objetivo estratégico de promover soberania alimentar, com condições de vida e trabalhos dignos.” Além do que, a Marcha das Margaridas defende maior comprometimento do Estado, “por considerar que os cuidados nas esferas de produção e reprodução da vida é uma responsabilidade compartilhada” (CARTILHA CONTAG, 2015).

As posições em contraste revelam lugares socioideológicos assumidos pelos sujeitos envolvidos, e a linguagem é a forma material de expressão desses lugares. Vemos, portanto, que o discurso não é a língua(gem) em si, mas precisa dela para ter existência material e/ou real (FERNANDES, 2005).

A direita política considera a liberdade de mercado uma característica de lucro, assim sendo o capital é um poder social e, como tal, se infere no conservadorismo, ou seja nos valores tradicionais e também em certos grupos reacionários na religião. A Marcha das Margaridas condena o modelo mercantil existente por considerá-lo “um reprodutor de desigualdades nas relações sociais e de poder que impactam a vida de todas as trabalhadoras e trabalhadores rurais, especialmente as mulheres que sofrem



maior exclusão, alcançam maiores índices de pobreza e têm suas condições de vida mais difíceis e mais duras” (CARTILHA CONTAG, 2015).

Ainda nessa perspectiva, “a direita conserva ideias ultrapassadas para a sociedade que está sempre em evolução, nisto impossibilita a igualdade e a liberdade das mulheres” (CARTILHA CONTAG, 2015). Segundo a Secretaria de Mulheres Trabalhadoras da CONTAG, no atual contexto político há ataques diretos aos trabalhadores brasileiros, porque existe uma “aliança entre o latifundiário e os setores financeiros e industriais.” E esta aliança tem “excluído a estratégia de realização efetiva de uma reforma agrária e a ampliação dos direitos para a população do campo”.

Na página do Facebook, a Marcha das Margaridas se qualifica como uma organização política. O objetivo da página segundo sua própria descrição é construir uma associação mais próxima com seu público e seus ativistas. Dessa forma suprimindo: Negócios locais ou localidade, Empresa, instituição, Marca ou produto, Artista, Banda ou figura pública, Entretenimento e por fim Causa ou comunidade.

Nas imagens que são criadas e ou reproduzidas pelos usuários administradores da página há sempre um fundo lilás, e em algumas postagens uma margarida na cor branca e amarela.



Figura 1<sup>5</sup>. Campanha lançada na fanpage das Margaridas em 2015

A flor faz menção à feminilidade, e se tornou símbolo das lutas feministas na agricultura familiar. No ambiente simbólico, a cor lilás, segundo a Federação Nacional Dos Servidores Dos Poderes Legislativos Federal, Estaduais e do

<sup>5</sup><https://www.facebook.com/Marchadasmargaridas/photos/a.184215994967962.46381.180241075365454/983582405031313/?type=3&theater>

Distrito Federal caracteriza uma “cor que denota a igualdade, e é símbolo da luta das mulheres no mundo todo, com a campanha de prevenção e combate ao câncer de colo do útero”. Mas a imagem também faz menção a líder sindical Margarida Maria Alves assassinada no interior da Paraíba.

Margarida é o seu símbolo – uma mulher forte, que deu a vida pela luta, e uma flor bonita e terna. Um outro aspecto dessa sensibilidade pública pode ser encontrada em muitas histórias de luta pela terra, quando durante momentos de forte tensão as mulheres com suas crianças tomaram a frente de confrontos para impedir violências e agressões maiores. Transformam o desqualificado e frágil feminino em força e eficácia política, na luta e nas ruas. (MOTA, 2006)

A mão na cor lilás faz alusão a violência doméstica no mundo. A Marcha das Margaridas considera está prática um desrespeito a integridade feminina, repudiando toda e qualquer violência de cunho sexista.

A Secretaria de Mulheres da CONTAG se posiciona frontalmente contra qualquer tipo de violência contra as mulheres e, em suas ações, demonstra apoio a todas as lutas e manifestações pelo fim da impunidade e pela garantia de saúde, respeito, liberdade e autonomia para todas as mulheres do campo, da floresta, das águas e também da cidade. (Fanpage-2015)

Não existe um sujeito denominado “Margarida”, isso porque o sujeito em si é uma função vazia e ocupado por uma polifonia de vozes. Margarida seria toda mulher que luta por liberdade e autonomia. As condições de produção que historiciza a Marcha das Margaridas é estratégica porque é dotada de uma identificação ideológica e movimenta-se conforme as condições de vida das mulheres do campo. Conforme o governo se porta perante as lutas rurais, as margaridas usam de técnicas para respondê-las. Muitas dessas técnicas são discursivas e outras simbólicas, como campanhas na internet ou reuniões e assembleias com a população. Ora, ainda que houvesse uma conformidade entre o Estado e as trabalhadoras, a memória e a identidade fariam que as margaridas defendessem como maior soberania os direitos das “feministas do campo”.

Ainda na descrição da página da Marcha das Margaridas a sigla da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) aparece em todos os posts juntamente com a sigla da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) e também da STTRs que são os sindicatos dos trabalhadores rurais.

O endereço sobre as informações da página é da cidade de Brasília e na descrição curta da página está a seguinte frase: “É a luta das mulheres trabalhadoras rurais por desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade” e

com a missão de unir as Trabalhadoras do campo, da floresta e das águas pelo reconhecimento social e político e pela cidadania plena.

Existe também uma posição política contrária ao atual presidente da câmara dos deputados Eduardo Cunha PMDB/RJ que apresentou juntamente com Isaias Silvestre - PSB/MG , João Dado - PDT/SP e outros, o projeto de lei 5069, que acrescenta o art. 127-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de sete de dezembro de 1940 - Código Penal. Frisando como crime contra a vida o anúncio de meio abortivo e prevendo penas específicas para quem induz a gestante à prática de aborto. Pressagiando pena de seis meses a dois anos. A Marcha das Margaridas repudia esse projeto de lei.

pois considera que o PL5069/13 é mais uma agressão por parte do congresso nacional à vida das mulheres, pois impacta diretamente no atendimento as vítimas de violência sexual e dificulta o acesso ao aborto já legalizado e ao atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual pela lei 12.845/2013(FANPAGE, 2015).

Além disso, a Marcha das Margaridas adota exclusivamente a visibilidade feminina e a necessidade de colocar a mulher como um ser livre e neste sentido a liberdade implica em poder “decidir sobre o próprio corpo e sexualidade, na busca da extinção de todas as formas de preconceito e discriminação, como práticas machistas e lesbofóbicas” (desprezo e/ou ódio por mulheres que se relacionam com outras mulheres) (CARTILHA CONTAG, 2015).

Se anteriormente a CEBB colocava mulheres e homens com direitos iguais na campanha da fraternidade agora as margaridas querem que o direito à liberdade seja total também nas relações. O discurso da Igreja nessas vias se contradita com a realidade das lutas feministas. Ora, de fato “Deus quer homem e mulher iguais nos deveres e direitos” mas essa relação não contempla a existência de mulheres lésbicas.

Durante o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, a página da Marcha se manifestou contra o processo alegando que “era um golpe” premeditado pela direita. Ainda sim faz uma convocação a sua militância para comparecer a Marcha da Democracia véspera da votação do processo na Câmara dos Deputados para demonstrar apoio a presidente eleita. Logo, após o processo ser aprovado na Câmara as margaridas se manifestam, disponibilizando na página quais foram os deputados que se posicionaram a favor “do golpe” e que segundo as próprias de maneira implícita “rasgaram a Constituição”. “A situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir do seu próprio interior, a estrutura da enunciação” (BAKHTIN, 1988. p.104)

## 5. Conclusões

A conquista da igualdade de gêneros em lei não destitui as desigualdades de poder no país, embora tenha sido uma vitória para as mulheres. A falta de políticas públicas especializadas e também de representatividade no governo reflete ainda o pensamento patriarcal e arcaico da sociedade brasileira.

A comunicação surge como ferramenta crucial na busca por igualdade e auxilia as mulheres na propagação das correntes feministas nas redes sociais. Logo, o campo permeia a cidade, de modo a não estar isolado em sua esfera social. As mulheres camponesas alcançam ao passo das mulheres das cidades por meio das novas tecnologias, isto nos faz crer que a polaridade de ideais se comungam, seja na busca de autonomia sustentável, seja na luta de direitos sobre o próprio corpo diminuindo as desigualdades socioculturais e políticas.

Como resultado deste processo é perceptível as influências feministas urbanas na Marcha das Margaridas do século atual, isso influi a associação das novas tecnologias que propagam os discursos e alinham as lutas, à necessidade de representação. Ora as mulheres camponesas veem nas redes sociais um meio pelo qual a velocidade se torna alibi para alcançar um maior número de pessoas nas divulgações. E isto tem corroborado para que o feminismo camponês se torne também um discurso que valoriza e defende a realidade das mulheres trabalhadoras do campo, das florestas e das águas. Ainda assim é o reflexo das lutas das mulheres camponesas ao longo de século que mesmo na pobreza, desigualdade, opressão e violência defendem um modelo de desenvolvimento pautado nas questões ambientais e de gênero que acima de tudo “valoriza a diversidade e comunga uma democracia com justiça social e autonomia” (CARTILHA CONTAG, 2015).

## 7. Referências Bibliográficas

SECRETARIA DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS. Cartilha: projeto para a captação de recursos. In: contag.org. Marcha das Margaridas. Acesso em: 12/09/15. Disponível para download em:  
<[http://www.contag.org.br/sistemas/doacao/public/pdf/projeto\\_captacao\\_recursos\\_marcha\\_2015.pdf](http://www.contag.org.br/sistemas/doacao/public/pdf/projeto_captacao_recursos_marcha_2015.pdf)>

BRASÍLIA. Assembleia Legislativa. Projeto de lei complementar PLC 5069/2013. Altera a lei complementar nº 12.845 de 2013 que dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565882>

FACEBOOK. Marcha das Margaridas. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Marchadasmargaridas/?ref=ts&fref=ts>>. Acesso em: Abril de 2015

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estud. av.**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, Dec. 2001. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142001000300015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300015&lng=en&nrm=iso)>. accessed 16 Aug. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000300015>

DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 175-204, abr. 2004. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2004000100010&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000100010&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 16 ago. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100010>

DEERE, Carmen Diana e León, Magdalena. Mujeres, derechos a latierra y contrareformas en América Latina. *Debate Agrario* (Lima), n. 27, 1997: 129-154.

DEERE, Carmen Diana. Women's Land Rights and Rural Social Movements in the Brazilian Agrarian Reform. *Journal of Agrarian Change*, 2002. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/210/206>> acesso em : 08/08/2016

SIQUEIRA, Deis Elucy. "A organização das trabalhadoras rurais: o cruzamento de gênero e de classe social". In: SIQUEIRA, Deis. Elucy; TEIXEIRA, João Gabriel L. C.; PORTO, Maria Stela Grosso (Orgs.). **Tecnologia agropecuária e a organização dos trabalhadores rurais**. Brasília: UnB, 1991. p. 69-70.

ANMTR (Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais). **Primeiro Encontro Nacional 1995**. Passo Fundo, Rio Grande do Sul, 1997. Mimeo.

---

PINTO, Celi Jardim. Participação (representação?). Política da mulher no Brasil: limites e perspectivas. In: SAFFIOTI, Heleieth; MUÑOZ-VARGAS, Monica (Org.). **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; Brasília: UNICEF, 1994

REVISTA VEJA. São Paulo: [s.n.], ago./set. 1994. p. 20

SARTI, Sintia. O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA LASA, 21., 1998, Chicago. *Anais...* Chicago: Illinois, set. 1998.

BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1988.